

Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal da Paraíba: estudo da documentação com fins de preservação da memória

Conrad Rodrigues Rosa ¹

<https://orcid.org/0000-0002-0084-5578>

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira ¹

<https://orcid.org/0009-0006-1531-0150>

¹ Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Resumo: A Universidade Federal da Paraíba possui edificações de períodos arquitetônicos distintos integrando, desse modo, parte do acervo patrimonial da instituição. Contudo, esses imóveis necessitam de constantes cuidados e manutenção com vistas a preservar sua integridade, uma vez que se constituem em dispositivos de memória. O presente trabalho objetiva discutir sobre a documentação das edificações da Universidade Federal da Paraíba referente ao período antecedente à federalização, visto que as antigas faculdades funcionavam em edificações de caráter histórico, atualmente integrantes da área de preservação e tombamento histórico do centro da cidade de João Pessoa, Paraíba. As edificações com caráter histórico devem ter um suporte informacional que reúna seu passado, suas relações e processos nesse trabalho o foco está na relevância da documentação necessária aos processos patrimoniais, não tendo sido levado em consideração a análise de planimetria e documentos técnicos. Esse suporte está disposto em documentos como certidões de registro de imóveis, escrituras, registros imobiliários patrimoniais, entre outros. A análise dos suportes e processos atuais de informação vinculados às edificações históricas da Universidade Federal da Paraíba nos permitiu verificar como se dão os critérios de gestão e organização documental, em se tratando de patrimônio histórico cultural material edificado da Universidade Federal da Paraíba, com fins de preservação patrimonial. A partir do levantamento dos documentos considera-se que há uma ausência de integração das informações, muitas delas de forma dispersa, dificultando uma construção temporal a partir dos documentos.

Palavras-chave: patrimônio universitário; edifícios patrimoniais; documentos de imóveis; dispositivos de memória

1 Introdução

Objetiva-se discutir sobre a produção da informação e seus suportes, especialmente a documentação acerca das edificações das antigas faculdades de ensino superior que hoje pertencem a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) referente ao período antecedente à federalização até a composição do Campus I, visto que as antigas faculdades funcionavam em edificações que viriam a ter um caráter histórico, passando a integrar na contemporaneidade a área de preservação integral ou parcial em razão do processo de tombamento histórico do centro da cidade de João Pessoa, Paraíba. Esses imóveis fazem parte do período entre as décadas de 1900 a 1955.

A UFPB possui edificações de diferentes repertórios arquitetônicos integrando desse modo parte do acervo patrimonial da instituição. Contudo, esses imóveis necessitam de cuidados constantes, seja no que diz respeito a manutenção preventiva ou interventiva com vistas a salvaguardar a integridade física patrimonial, uma vez que se constituem em dispositivos de memória (Nora, 1993; Knack e Poloni, 2018; Mattos *et al.*, 2020; Cordeiro, 2022).

Ao ser federalizada por meio da Lei 3.835 de 13 de dezembro de 1960 (Brasil, 1960), a UFPB incorporou ao seu patrimônio as edificações que abrigavam as antigas faculdades que funcionavam no centro da cidade de João Pessoa, PB. Em uma breve linha de tempo descrevem-se as faculdades e seus processos de incorporação na instituição.

Da junção de faculdades surge a UFPB, até então autônomas, pois cada faculdade era em si uma unidade educacional mantida pelo Estado da Paraíba (entre os períodos de 1940 – 1959), sendo elas: Faculdade de Ciências Econômicas, iniciada em 1949, instalada em uma edificação no centro da cidade, com estilo eclético; Faculdade de Filosofia e Letras fundada em 1947, funcionando em uma área de expansão urbana à época, tinha uma edificação com projeto modernista; Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia, criada em 1951, disposta em três tipologias arquitetônicas distintas: uma com arquitetura hospitalar, outra em um prédio com características *Art Déco* e Eclético, e outra sem estilo definido ocupando imóveis em dois bairros distintos

da cidade. Ainda em 1951, implantada sobre a construção barroca e neoclássicas funcionava a Faculdade de Direito da Paraíba; a Escola de Engenharia (1952) ocupou um prédio de 4 pavimentos em estilo moderno, onde outrora havia sido a antiga cadeia pública; a Escola de Enfermagem (1953) também ocupava uma edificação com linhas modernas localizada na área de expansão do centro da cidade.

No ano de 1960, as faculdades da Paraíba foram unificadas consolidando centros e departamentos, incluindo a criação de novos cursos formando a Universidade Federal da Paraíba. Os antigos cursos são então transferidos para o recém-inaugurado (e ainda em construção) Campus I, situado em uma área afastada do centro da cidade em terreno público que fora doado pelo Estado da Paraíba para a União em 11 de fevereiro de 1959.

No processo de unificação das faculdades à UFPB, as edificações que serviam de espaço acadêmico são incorporadas ao patrimônio material da instituição, assim a UFPB assume a responsabilidade jurídica de manutenção predial e também de preservação de parte da história do início do século XX da cidade de João Pessoa, Paraíba, representada pelas edificações, sua arquitetura e memória. Além da preservação predial o acervo documental é transposto para a tutela da UFPB, sendo de sua responsabilidade a manutenção, preservação, conservação dos documentos, bem como a atualização dos dados documentais (Scavone Junior, 2014).

É importante destacar que a construção do campus universitário em João Pessoa fez parte da mudança no estilo arquitetônico utilizado até então. Segundo Motta (2020), historicamente as práticas de preservação no Brasil tendiam a privilegiar edificações com características coloniais e excepcionais. Contudo, a ruptura não só arquitetônica, mas também conceitual permitiu que os edifícios modernos sejam compreendidos e vistos como parte integrante de uma nova narrativa de preservação (Motta, 2020). O modernismo se fez presente nas construções e os aspectos estéticos e construtivos mudaram acompanhando a nova tendência estilística simbólica e conceitual formando um marco histórico, ou seja, registro de memória, visto que o conjunto de bens patrimoniais, como

elementos simbólicos, possui a qualidade de servir de herança a objetos que evocam a necessidade de conservação e preservação; além da evidência da memória a ser preservada.

As edificações existem de fato e permanecem erguidas sobre o terreno, embora uma delas, tenha se tornado ruína, contudo as edificações, com caráter histórico ou não possuem um conjunto documental capaz de revelar, por meio das informações neles contidas, seu passado, suas relações e processos, configurando-se como extensores memoriais (Candau, 2013). Essas informações encontram-se materializadas em documentos como: certidões de registro de imóveis, escrituras, registros imobiliários patrimoniais, fichas cadastrais da prefeitura, fotografias, registros textuais (textos jornalísticos, artigos e trabalhos acadêmicos), leis e decretos, documentação cartográfica (plantas e mapas) e websites.

É imprescindível ao levantar os suportes de informação patrimonial vinculá-los aos processos de organização, disponibilidade e formas de acesso aos documentos, bem como gerar um vínculo com os processos de proteção e tombamento. A análise dos suportes e processos atuais de informação vinculados às edificações históricas da UFPB permite problematizar os critérios de gestão e organização documental, razão pela qual questiona-se: que suportes e processos são necessários à memória cultural do conjunto edificado da UFPB com vistas a gestão e preservação patrimonial?

2 Conceituando a pesquisa

O patrimônio cultural é uma categoria que envolve um ideário de herança, uma construção social elaborada pelo grupo, pela nação, por famílias, instituições; portanto, uma construção de propriedade; de possuir algo construído passível de ser passado entre os membros do grupo, ou da família, ou da instituição, portanto, são produtos de um contexto social e político (Motta, 2020).

A noção de patrimônio cultural emerge da necessidade da sociedade em guardar, armazenar e reproduzir elementos estéticos, ritualísticos, intelectuais, artísticos, enfim, um conjunto de saberes e fazeres dotados de semântica e

estética; sendo visto como uma fonte de identidade e sentido de pertencimento para os grupos humanos, refletindo suas experiências, crenças, tecnologias e modos de vida (Geertz, 1978; Durhan, 1984; Gomes, 2016).

Patrimônio é, portanto, uma categoria que envolve o conceito de bem, principalmente quando vinculado às edificações ou elementos da cultura material, assim o bem cultural assume 3 (três) perspectivas: social, jurídica e econômica (Araripe, 2004; Choay, 2006; Menezes, 2009; Gonçalves, 2009; Sousa *et al.*, 2015). Seguindo o pensamento de Ingold (2022) o bem (cultural) não é um mero objeto passivo, carrega em si aspectos materiais e culturais; seu uso é uma percepção do que o envolve. O conceito que se tem desses objetos é que são construídos de vestígios tangíveis, que contam histórias, guardam memórias, sendo considerados então, patrimônio cultural.

No entanto, ao se pensar em patrimônio histórico, artístico ou cultural é senso comum, ou ainda, um pensamento antiquado e equivocado. É crer que somente um conjunto de monumentos antigos que serviram de palco para eventos históricos sejam passíveis do título de patrimônio (Fonseca, 2009), como apregoa Motta (2020) esse pensamento é transposto pela nova linha de abordagem que busca valorizar e integrar não só aspectos arquitetônicos, mas também elementos geográficos e históricos.

Choay (2001) nos transporta para uma crítica ao pensamento de que os monumentos são estáticos, contudo são objetos históricos, com valor cognitivo e artístico. Pondera ainda a autora que os monumentos, em específico os prédios históricos, são dotados de valor cultural, econômico e jurídico, sem perder o vínculo com o passado, ou nas palavras de Choay (2001, p. 179), “[...] invenção do patrimônio urbano”, passível de conservação em meio às mudanças sociais e urbanas.

Na esteira do pensamento de Fonseca (2009, p. 62), os bens arquitetônicos são manifestações de uma tipologia de patrimônio material, contudo, “está centrada em seus aspectos arquitetônicos, integrando marginalmente dados históricos e análises de sua relação com a cidade e a paisagem” (Fonseca, 2009, p. 62). Ao usar o termo marginalmente, a autora

apresenta uma ideia que o objeto (edificação) integra sozinho o patrimônio e sob esse aspecto faz a crítica da necessidade de tratar o bem de forma integral, com seus documentos, seus dados, enfim, como objeto com identidade cultural, para isso se faz necessário que os aspectos históricos também devam ser preservados.

As formas arquitetônicas trazem à população uma memória; seus aspectos estilísticos apresentam as mudanças simbólicas vinculadas ao tempo, ou seja, cada fachada de prédio apregoa uma afirmação social e cultural e também artística, impregnada de lembranças e significados (Lynch, 2006).

Contudo, vale ressaltar que as mudanças sociais, culturais alteram o traçado urbano. A pressão do moderno, do novo cria uma aura de obsolescência aos prédios antigos, ou nas palavras de Huskinson (2021, p. X): “se considerarmos também o fato de que os edifícios sobrevivem aos estilos arquitetônicos e estéticos [...] descobrimos que a arquitetura está em uma posição precária”. Nas palavras do autor, isso se dá porque “encontra pressões sempre presentes para fazer concessões.”

As mudanças fomentadas pela ocupação do espaço urbano fragilizam as edificações enquanto elementos históricos, pois a modernidade busca a otimização do tempo e do espaço. A lógica da cidade quer transformar o velho em novo, sendo o terreno o elemento de importância.

Nesse aspecto a história apresenta as grandes mudanças urbanas e suas alterações e destruição das antigas edificações, principalmente na transição do século 19 para o século 20, sob a égide da higienização e transformação urbana. Sendo os bens arquitetônicos já considerados como patrimônio cultural, amplamente discutido na academia desde o século XIX, imbuída do pensamento de que o simbólico social e cultural de um povo se dava pelas suas construções e pela grandeza que elas poderiam representar (arquitetura), algumas edificações e áreas urbanas passam a ser vistas como objetos de grande valor, o que lhes confere certa proteção e evita a demolição (Choay, 2001).

As edificações que atravessaram o tempo e permaneceram erguidas servem como modelos carregados de imaginário. Nas palavras de Hurkinson (2021, p. XX), “edifícios de memória [...] característica particular do *locus* e a

ideia que deverá ser lembrada posteriormente”. Assim, a memória é sobre identidade, sobre estar presente em momentos diferentes do tempo histórico e manter através das mudanças a persistência de sua identidade (Rossi, 2010). Seguindo o pensamento de Rossi é possível perceber que os elementos que representam a história e a cultura, os objetos carregados de um simbolismo que remete à memória podem possuir uma exuberante memória, e ao mesmo tempo apresentar um déficit. Nas palavras de Rossi (2010, p. 129), “Na visão linear do tempo, é proibida a repetição”. Essa premissa traz em si a ideia que os objetos de memória são inequívocos na representação de momentos, tornando únicos e, portanto, passíveis de lembrança, de guarda e de preservação.

A memória como apregoa Le Goff (1990) é um mecanismo de conservar informações, ou seja, impressões passadas; é também um registro do passado valorizado no presente. Conforme Nora (1993), a memória não é um registro estático, neutro, e sim um processo, algo ativo, construído e reconstruído em momentos e por grupos, pois o lembrar se faz presente em uma vasta gama de objetos, símbolos, edificações, arquivos, bibliotecas, museus, enfim são lugares de memória (Nora, 1993). Confirmando as assertivas acima, Knack e Poloni (2018, p. 1) apresentam que “a dimensão social envolve pensar a circulação e recepção das lembranças, bem como seus suportes, que vão desde escritas até materiais e visuais”.

Neste trabalho, a noção de lugares de memória foi utilizada em dois aspectos: o primeiro, relacionado aos arquivos que tenham informações sobre a memória institucional da UFPB, e o segundo às edificações que perduram no tempo enquanto representantes de uma estética arquitetônica.

Conforme assevera Cordeiro (2022), a memória é seletiva, funciona a partir de estratégias para guardar e esquecer, assim os documentos são importantes para que o esquecimento não seja total, que os objetos possam ainda ter visibilidade na sociedade. Do ponto de vista de memória institucional Rueda *et al.* (2011, p. 82) apregoam que este conceito é aplicado às instituições como “parte integrante dos meios sociais e políticos da sociedade, [...] são fontes produtoras de informações”, sendo, portanto, parte integrante da memória

coletiva. Para Parrela e Nascimento (2019), a memória institucional tem como pressuposto a construção de uma prática discursiva, assim a construção de arquivos e a organização dos documentos devem ter como premissa a trajetória social e histórica (Molina; Valentim, 2011).

A memória se destaca nas instituições como legados simbólicos, pois as instituições constituem em si instituições patrimoniais, sendo que organizam, guardam e disponibilizam as informações enquanto *locus* de memória-arquivo, ou seja, instituições-memória (Parrela; Nascimento, 2019).

Na esteira do pensamento de Rueda *et al.* (2011) se observa que há uma relação entre instituição e organização, considerando que os documentos guardam informações diversas acerca do processo, da construção, das pessoas e da instituição. Assim, “Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos” (Rueda *et al.* 2011, p. 78). O elo das edificações com os suportes de documentação se dá principalmente pelo registro de imóvel (Scavone Junior, 2014), de forma que as certidões e escrituras são o ponto de partida para organização da memória institucional da UFPB.

Os suportes são meios, recursos ou dispositivos que armazenam a informação, tornando possível acessá-la, processá-la e transmiti-la, ou seja, um processo de recuperação da informação enquanto construção de memórias. Comumente se considera documento os suportes em papel ou digital que contenha informações, contudo as edificações também são suporte de documentação e, portanto, de cultura, de memória.

As edificações como objetos da cultura (Baudrillard, 1973) têm um enfoque que vai além do aspecto funcional no sistema cultural (objetos simbólicos) numa relação de significados. A cidade, e a imagem da cidade é coletiva como elemento de identidade, mas também singular quando o observador dá significados (Lynch, 1997). Trata-se aqui da perspectiva que esses objetos de identidade e significado estão também vulneráveis ao obsoleto e tendem a desaparecer ou se tornarem ruínas, mas em contraposição tem-se que é necessário conservar o mais antigo sem perder o mais novo (Choay, 2006).

É perceptível que a modernidade parece ser aclamada, deixando o mais antigo como memória, ou um quase obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano. As políticas e ações de preservação perpassam pelo regime de informação, sendo uma manifestação do Estado e das políticas públicas (González de Gómez, 1995). Fridman *et al.* (2019) trazem a concepção do Estado como protagonista na preservação do patrimônio histórico a partir de políticas nacionais que orientam e norteiam a preservação. “Foi sob essa ótica que se deu a escolha dos bens a serem conservados, [...] num esforço de seleção daquilo que não deveria ser esquecido, daquilo que, para consolidação da nação, deveria permanecer na memória, materializando-se nos bens tombados (Chuva, 2009, p. 173).

Importante destacar que os processos de vulnerabilidade do patrimônio cultural para gerar informações possam subsidiar ações de prevenção aos danos possíveis de ocorrer nos bens referidos. Essa discussão não se finda em elementos físicos tais como eventos adversos condicionantes aos riscos, nem na vulnerabilidade ocasionada pelo processo de globalização e dinamização urbana, onde o velho se torna obsoleto, não “merecedor” de atenção e cuidados para que venha à ruína dando lugar ao moderno (Bortolucci, 2019).

Os suportes e processos de informação são mecanismos que buscam organizar os dados no sentido de identificar, mapear, inventariar, fotografar e fazer as correlações do objeto estudado com os processos de vulnerabilidade, que colocam as edificações históricas em risco e contribuem para o apagamento da memória (Dias; Oliveira, 2022; Campos; Távora, 2023).

Assim, as edificações, os registros imagéticos, certidões, etc., são documentos, e em se tratando de memória institucional as instituições devem preservar e assegurar a gestão de documentos, além de disponibilizar o acesso (Carvalho, 2019). Cellard (2012, p. 296) considera que “Tudo o que é vestígio do passado, tudo o que é considerado como testemunho, é considerado como documento”. Conforme May (2004, p. 213), os documentos são registros “tanto pelo que deixam de fora assim como pelo que contêm”.

Nas palavras de Le Goff (1990, p. 538) o documento é “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente das sociedades que o produziram e das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

3 Caminhos metodológicos

Este trabalho teve como premissa analisar as certidões de registro como suportes de documentação e relacioná-los aos processos de guarda referentes à aquisição das edificações pela UFPB, obtidos em cartórios de notas e registros, além do levantamento de documentos históricos e fotográficos em arquivos na instituição, bem como em arquivos externos.

As etapas para construção da pesquisa foram: (1) levantamento bibliográfico; (2) localização da documentação; (3) elaboração de atributos para análise documental; (4) observação jurídica do texto e contexto; (5) análise semântica; (6) caracterização de metadados; (7) avaliação comparativa; (8) caracterização de dados históricos inseridos no documento.

Assim, a 1ª etapa relativa ao levantamento bibliográfico se mostra uma parte importante no processo de pesquisa, pois a partir das referências é possível proceder com uma análise mais acurada, evitando equívocos e erros desde a seleção dos documentos para análise, na organização e síntese, além de orientar o que se deseja buscar enquanto informação. Os textos são de ordem teórico-conceitual sedimentados na Ciência da Informação e na área de documentação e arquivística; bem como na legislação que rege a aquisição de bens pelo poder público federal, envolvendo-os na perspectiva do patrimônio de bem cultural material.

Inicia-se a etapa 2 levantando os arquivos onde se encontram os documentos de interesse e classificando o suporte informacional de acordo com o arquivo.

Na 3ª etapa, a elaboração de atributos serviu para orientar a classificação e análise, de maneira que o suporte informacional possa ser considerado como certidão, escritura, ficha cadastral, decreto.

No quesito da 4ª etapa, a legislação se fez pertinente para compreender o suporte enquanto elemento passível de proteção, preservação e conservação, não só do bem patrimonial, mas do patrimônio documental (Palma Peña, 2013).

Na análise semântica, como consta na 5ª etapa, é de significativa relevância para compreender o texto, sua forma e conteúdo, obtendo-se assim informações relevantes para a caracterização não só jurídica, mas também histórica e memorialística.

A etapa 6 propõe que o caminho metodológico percorra o documento buscando coletar informações sobre: datas, números de registro, averbações, benfeitorias, logradouros, responsáveis pela aquisição e demais informações que caracterizem o documento com processo de informação da memória. Essa necessidade se dá inclusive para efetivação de possíveis intervenções quer sejam preventivas ou corretivas nas edificações. Nesse sentido, a documentação se revela imprescindível.

A avaliação comparativa foi executada na etapa 7. Procedendo-se com a avaliação de dois ou mais suportes de informação, buscou-se comparar as informações constantes, revendo semelhanças e discrepâncias nos dados coletados em fontes diversas.

E, por fim, na 8ª etapa os documentos foram analisados para caracterizar o momento histórico não só do documento, mas também fazer sua inserção na memória coletiva e memória institucional da Universidade.

4 Patrimônio edificado da UFPB com fins de preservação: análise e discussão dos dados

Para orientar a organização e análise dos dados foi elaborada uma revisão de literatura buscando em teorias e conceitos os argumentos para embasamento semântico, bem como orientar a discussão acerca de suportes e processos, no entendimento do que seja patrimônio cultural e memória.

Considerando os documentos como suporte de informação se fez necessário definir e categorizar quais documentos seriam válidos para essa pesquisa; portanto, a classificação dos documentos foram: certidão de registros

de imóveis, escritura de imóveis, leis, decretos, fichas cadastrais, registro imobiliário patrimonial (RIP), textos acadêmicos (artigos, dissertações e teses), textos de cunho informativo (apresentação dos centros e departamentos), livros e coleção de fotografias.

A primeira análise foi elaborada a partir da identificação e localização do lugar onde se encontram os documentos. O universo documental é extenso, e, portanto, não sendo possível identificar, localizar ou levantar o todo em termos de documentos, buscou-se trabalhar com os documentos acessíveis. Em se tratando do suporte documental tem-se que os documentos estão divididos em suporte físico de papel, nessa categoria estão inseridas as certidões, escrituras e livros; suportes de fotografias, porém não foram localizados negativos dos registros fotográficos, sendo então divididos em fotos impressas e fotos digitalizadas e suportes digitais onde se encontram artigos, teses, dissertações, leis e decretos.

No quadro 1 foi feita uma distribuição do tipo de suporte, tipo de documento e local de guarda.

Quadro 1 - Distribuição dos suportes e tipos de documentos

Espécie de documento	Tipo de arquivo	Suporte	Local do arquivo
Certidão de registro de imóveis	Cartório	Papel	Eunápio Torres e Carlos Ulysses
Escrituras	Cartório	Papel e digital	Eunápio Torres e Carlos Ulysses
Registro Imobiliário Patrimonial	DIPA/ UFPB – SPU	Digital	https://sistema.patrimoniode todos.gov.br/#/
Fichas cadastrais	SEPLAN - Prefeitura Municipal	Digital	https://www.joaopessoa.pb.gov.br/pc/fichaCadastralImovel.xhtml
Lei	Lei	Digital	Portal legislativo federal e estadual
Decreto	Decreto	Digital	Portal legislativo federal e estadual
Coleção de fotos	Arquivo	Papel	Arquivo Central UFPB
Coleção de fotos	Arquivo	Papel	Arquivo pessoal: Oriel Farias
Coleção de fotos	Arquivo	Digital	Páginas na internet
Livros	Arquivo	Papel	Público e privado
Texto	Servidor de web	Eletrônico	Página oficial da UFPB
Plano diretor	Relatório	Papel	SINFRA – UFPB
Textos	Dissertação	Eletrônico	Páginas na internet
Textos	Teses	Eletrônico	Páginas na internet
Textos	Artigos	Eletrônico	Páginas na internet

Fonte: Dados da pesquisa.

As escrituras e certidões são documentos com registro em cartório de notas, que de acordo com Scavone Junior (2014) garantem que o imóvel pertence a uma pessoa (física ou jurídica) através do número de matrícula do imóvel, bem como instrumentos com função de validar os trâmites entre as partes, ou seja, a vontade de compra, venda, cessão de uso ou doação, aqui o elemento principal de registro é o número de matrícula, imutável ao qual toda alteração deve estar vinculada, sendo esse a chave para compreender o processo histórico do imóvel, seus proprietários, as datas e mudanças diversas que possam ter ocorrido ao bem patrimonial.

As faculdades antes do processo de federalização em 1960 eram descentralizadas, contudo tinham a chancela do Estado da Paraíba para seu pleno funcionamento, de maneira que cada faculdade possui uma lei ou decreto de criação ou de funcionamento; no ano de 1955 a Universidade da Paraíba é criada sob a Lei nº 1.366 unificando as faculdades, contudo mantendo-as autônomas. Em 1960 é acatada a proposta de federalização das Universidade da

Paraíba, formando assim a Universidade Federal da Paraíba a partir da Lei nº 3.835.

Por se tratar de imóveis públicos onde a instância de posse e propriedade foi alterada do âmbito estadual para o âmbito federal, constam decretos tanto estaduais quanto federais de transmissão de propriedade, esse instrumento não se sobrepõe à certidão de registro, mas valida o processo de salvaguarda do imóvel, dentro da lei específica de cada faculdade.

Ainda em relação aos documentos imobiliários, constam fichas de registro na Secretaria do Patrimônio da União. Essas fichas recebem a nomenclatura Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) onde são inseridos dados inventariais tanto do imóvel (terreno, área coberta) quanto das benfeitorias, valor monetário, dados do proprietário, função, entre outros. Ainda em relação à ficha cadastral, a Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAN) elabora um cadastro urbano para fins de controle de impostos, onde as principais informações são: proprietário e área (m²) do terreno e área coberta, além de constar a matrícula do imóvel.

A maior parte das edificações estudadas estão inseridas em uma área de tombamento histórico na cidade de João Pessoa, PB. Contudo, dos 11 imóveis pertencentes à UFPB, só 2 possuem tombamento individual, e 1 possui tombamento para painel artístico. Os prédios das antigas Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, sob o Decreto nº 20.138, e a Faculdade de Direito da Paraíba, sob o Decreto nº 8.630, estão protegidas e salvaguardadas integralmente pelos tombamentos estaduais, o painel denominado Mural. O Curandeirismo na antiga Escola de Enfermagem, atual Residência Feminina está sob a proteção do tombamento estadual dado pelo Decreto nº 22.244.

Outros tipos de documentos foram localizados em acervos diversos: páginas da internet, arquivos pessoais, livros ou em acervos institucionais de documentação histórica e iconográfica.

Os suportes de informação utilizados para essa pesquisa foram separados em categorias, sendo elas as documentações: arquivística, fotográfica, textual e bibliográfica.

No **quadro 2** mostra-se a categorização, bem como o quantitativo de documentos mapeados:

Quadro 2 - Quantitativo de documentos

Tipo de Suporte	Subtipo	Quantidade
Arquivística	Certidão de registro de imóveis	19
	Registro Imobiliário Patrimonial	10
	Fichas cadastrais	9
	Lei	14
	Decreto	6
	Escrituras	17
Iconográfica	Coleção	208
Textual	Textos de apresentação	26
Bibliográfica	Relatório	2
	Tese/Dissertação	7
	Artigo	6
	Capítulo de livro	4
	Livro	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao todo foram localizados 330 documentos que versam sobre as faculdades da Paraíba e seu processo de federalização. Os documentos fazem referência principalmente às Faculdades, as informações constantes se inserem no recorte temporal entre 1940 - 1960.

Analisando os documentos relacionados às Leis foi possível gerar uma linha de início de funcionamento das faculdades, prédios e terrenos (Quadro 3):

Quadro 3 - Arcabouço legal de funcionamento

Ano	Faculdade/ Escola	Lei nº	Objeto
01/09/1949	Faculdade de Filosofia	341	Dá organização à FAFI
10/07/1954	Escola de Enfermagem	1.064	Cria a Escola de Enfermagem
02/12/1955	Universidade da Paraíba	1.366	Cria a Universidade da Paraíba
13/12/1960	Universidade Federal da Paraíba	3.835	Federaliza a Universidade da Paraíba
03/04/1961	Universidade da Paraíba	2.297	Transfere ao domínio da União o patrimônio das Faculdades
12/05/1961	Universidade da Paraíba	2.238	Transfere ao domínio da União o patrimônio das Faculdades

Fonte: Dados da pesquisa.

No decorrer da pesquisa se observou o hiato neste suporte documental. Ao serem feitas buscas nos portais legislativos, a resposta que o sistema oferece é nulo, pois não há informação cadastrada. Assim surge a dúvida: não foram promulgadas leis para todas as faculdades e cursos, ou ainda não foram digitalizadas?

Em se tratando dos decretos, sua organização temporal e funções de destinação podem ser observadas no Quadro 4:

Quadro 4 - Decretos referentes às faculdades e UFPB

Ano	Edificação	Decreto	Objeto
27/03/1951	Faculdade de Direito	Decreto nº 29.398	Concede autorização para o funcionamento do curso
04/12/1951	Faculdade de Ciências Econômicas	Decreto nº 30.236	Reconhecimento do curso
25/10/1955	Faculdade de Filosofia (FAFI)	Decreto nº 38.146	Reconhecimento dos cursos
04/11/1955	Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia	Decreto nº 875	Destinação de prédio para a Faculdade de Odontologia
23/05/1956	Escola de Engenharia	Decreto nº 39.221	Autorização do funcionamento do curso
14/04/1961	Faculdade de Filosofia (FAFI)	Decreto nº 2.339	Delimitação de área
26/04/1961	Escola de Enfermagem	Decreto nº 2.346	Destinação de imóveis
26/04/1961	Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia	Decreto nº 2.347	Reconhecimento dos limites e área da Faculdade de Medicina

26/04/1961	Sociedade Civil da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia	Decreto nº 2.348	Reconhecimento dos limites e área
04/01/1979	Antiga Reitoria	Decreto nº 82.986	Alienação do edifício para o INPS
28/12/1993	Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia	Decreto sem numeração	Alienação de bens imóveis na Rua das Trincheiras, n. 275
15/09/1994	Faculdade de Medicina, Farmácia e Odontologia	Decreto sem numeração	Alienação de bens imóveis na Rua Alberto de Brito, s/n

Fonte: Dados da pesquisa.

Os documentos da categoria certidões e escrituras são essenciais para atestar a veracidade da existência do imóvel, como esclarece Scavone Junior (2014). Campos e Távora (2023) apregoam que o registro de imóveis constantes nas certidões tem um efeito histórico que transcende o jurídico. Assim, ao serem analisadas as certidões e escrituras foi possível levantar dados que mostram um período temporal, bem como dados memorialísticos, pois constam nesses documentos os processos de transmissão de imóveis, nomes, datas, além da relação de posse e propriedade. Aspectos relevantes de alteração estética e modificações no tecido urbano também podem ser levantados a partir desses suportes.

A questão observada nessa categoria de suporte, em se tratando desta pesquisa, é que faltam aspectos organizacionais de acesso ao público, visto que, além de serem documentos públicos e de imóveis também públicos, a universidade não disponibiliza os documentos.

As leis e decretos referentes aos processos de formação e formalização da UFPB são uma categoria de suporte de documentação de grande valor para o estudo da memória. Os ambientes de guarda estão dispostos na rede de internet nos portais legislativos estadual e federal. Salienta-se, porém, que não foi possível localizar o total de decretos das criações das faculdades, isso se deu por motivos de páginas da internet fora do ar ou em manutenção.

Os suportes de fichas cadastrais, tanto da SPU quanto da SEPLAN, podem ser acessados pela internet, tendo como identificador o número de matrícula do imóvel, o que vincula novamente o imóvel à certidão de registro no cartório.

Em se tratando de registros iconográficos, foram localizados 3 (três) acervos: acervo Central da Reitoria, acervo privado, e fotos dispersas em páginas na internet. O Acervo Central da Reitoria é o detentor da guarda de 158 fotos catalogadas e outras a catalogar; o período dos registros foi após a federalização e contêm documentos que remetem à construção do Campus I, não possuindo no acervo catalogado imagens das demais faculdades, salvaguardando a antiga Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia. O arquivo pessoal pertencente ao senhor Oriel Farias não possui um quantitativo de imagens registrado; em relação às imagens obtidas na web são diversas, e com períodos também diversos, algumas possuem autor, sendo creditado ao senhor Walfredo Rodriguez, e outras estão com autor indefinido.

Acerca do suporte de documentos textuais a pesquisa levantou 26 textos na página oficial da UFPB, contendo informações sobre o histórico de cada centro ou unidade educacional.

Para o suporte do tipo bibliográfico, foram levantados 21 documentos, separados em 2 relatórios da década de 1960, denominados Plano Diretor, 7 teses/dissertações que versam sobre a UFPB, e principalmente sobre a arquitetura modernista das edificações do Campus I. Aqui cabe ressaltar que o numerário de trabalhos acadêmicos é maior, porém o recorte desses trabalhos são os prédios históricos ou na área histórica da cidade fazendo com que não fossem computados; 6 artigos em periódicos que também tratam dos aspectos arquitetônicos da instituição; 4 capítulos de livro sobre a memória da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, História da Faculdade de Medicina da Paraíba e Odontologia da Universidade Federal da Paraíba: uma árvore frutífera.

Por fim, organizar o acervo documental da UFPB foi um pequeno passo na estrutura da memória institucional, passo esse que se dá em um primeiro momento na categorização e classificação dos documentos, depois em localizar e mapear os lugares de guarda, por fim organizar os suportes de documentação institucional e permitir que não haja o esquecimento do processo de transformação urbana e institucional.

5 Considerações finais

A pesquisa em tela revela a importância de uma gestão documental, que naturalmente influenciará nas atividades de seleção e categorização dos documentos, com fins de garantir a gestão e preservação do patrimônio histórico arquitetônico, servindo de base para a memória institucional da UFPB, visto que compõe o patrimônio da universidade, exibindo prédios que remontam a 1960, ou seja, ao período da federalização.

Ao analisar os documentos desde a criação das faculdades até a construção do campus I, tendo em vista a incorporação de prédios antigos, processos de aquisição, cessão de uso, permuta e doação, percebe-se a necessidade de uma gestão documental eficiente e integrada, capaz de garantir a preservação e o acesso à informação sobre os bens culturais e também sobre a memória da universidade. Tendo sido excluído desse corpus analítico, sobretudo nessa primeira etapa da pesquisa, a documentação planimétrica e os relatórios técnicos. A partir do levantamento e da análise dos documentos, considera-se que há uma ausência de integração das informações, muitas delas de forma dispersa, dificultando uma construção temporal a partir desse conjunto documental.

Acerca das análises por categoria de documentos, se observou que as Leis de criação não estão disponibilizadas no banco de dados da UFPB nem em sua página de internet, permitindo assim uma lacuna na pesquisa.

Em relação às fotografias históricas, observou-se que ainda há muito por fazer, sobretudo no que diz respeito ao tratamento técnico, com vistas a facilitar a recuperação da informação, sua preservação, bem como ressignificar a memória institucional das edificações que compõe o complexo arquitetônico da universidade.

No que tange aos documentos escritos da categoria documento textual, poucos trabalhos foram efetuados no sentido de evidenciar a memória institucional da universidade, bem como das faculdades; quando os prédios da instituição são descritos em trabalhos acadêmicos, quase sempre tratam-se dos prédios modernos.

Nesse sentido, este trabalho considera que existe a necessidade de desenvolver um sistema integrado de gestão documental visando aos processos de informação que contemplem a diversidade de formatos e suportes existentes, garantindo a sua organização, preservação e disponibilização para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Acredita-se que a implementação desse sistema poderá contribuir para a valorização do patrimônio histórico da UFPB e para a promoção da cultura de preservação do patrimônio cultural material, bem como da memória institucional do ensino superior na Paraíba.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

- ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago., 2004
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. Zulmira Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BORTOLUCCI, M. A. Triste sina dos casarões ecléticos de São Carlos (SP). In: CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2., 2019, Cachoeira do Sul. **Anais [...]**. Cachoeira do Sul: UFSM, 2019. p. 360-373.
- BRASIL. Decreto n. 29.398, de 27 de março de 1951. Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Paraíba. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1 p. 4579, 29 mar. 1951.
- BRASIL. Decreto n. 30.236, de 04 de dezembro de 1951. Concede reconhecimento ao Curso de Ciências Econômicas da Paraíba. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 18459, 19 dez. 1951.
- BRASIL. Decreto n. 38.146, de 25 de outubro de 1955. Concede reconhecimento aos cursos de pedagogia, geografia e história e letras neolatinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, v. 2, p. 944, 26 abr. 1951.

BRASIL. Decreto n. 39.221, de 4 de novembro de 1955. Concede autorização para o funcionamento do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Paraíba. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 10617, 28 maio 1956.

BRASIL. Lei 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 dez. 1960.

BRASIL. Decreto nº 82.986, de 4 de janeiro de 1979. Autoriza alienação de bem imóvel pertencente ao patrimônio da Universidade Federal da Paraíba. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 178, 5 jan. 1979.

CAMPOS, F. S.; TÁVORA, F. Importantes relações entre o registro cartorial, o bem imóvel tombado e o projeto de Lei 525/2022. **Revista Mundo Acadêmico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 158, jan./dez. 2023.

CARVALHO, A. V. Auditoria e gestão da informação/ e do conhecimento: interações e perspectivas teórico-práticas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 48 n. 2, p. 53-73, maio/ago. 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. P. 295-316.

CANAU, J. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogenese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CORDEIRO, T. O. A. Memória, patrimônio e museologia: a importância das dimensões sociais. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 18, n. 2, p. 253-265, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2022v18n2ID28227>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DIAS, L. L.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Inventário como instrumento de gestão do patrimônio cultural universitário. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 215-243, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n2.885>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DURHAN, E. R. Reflections on culture, heritage and preservation. In: ARANTES, A. A. **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. p. 23-58

- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. *In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- FRIDMAN, F.; ARAÚJO, A. P. S.; DAIBERT, A. B. D. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 621-638, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p621>. Acesso em: 18 ago. 2025.
- GEERTZ, C. A **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
- GOMES, A. L. A. Por uma semântica do patrimônio cultural. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 441-459, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v9.n2.2016.2421>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- GONÇALVES, J. R. S. Teorias antropológicas e objetos materiais. *In: GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.* Rio de Janeiro, 2009.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, 1995.
- HUSKINSON, L. **Arquitetura e psique**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- INGOLD, T. **Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KNACK, R. J.; POLONI, R. J. S. Memória e imagem. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 10, n. 19, p. 1-12, jul./dez. 2018.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MATTOS, A. C.; SILVA, V. S. Morte anunciada: o (des) caso com o patrimônio. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 142-154, jan./jun. 2020.
- MAY, T. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In: Pesquisa social: questões, métodos e processos.* Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 206-230.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Ouro Preto: UFMG, 2009. v. 1, p. 25-39.

MOLINA, L. G.; VALENTIM, M. L. P. Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas. **Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de la Información de Iberoamérica y el Caribe**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 262-276, ene./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.62758/re.v1i1.13>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MOTTA, L. Sítios urbanos na redemocratização: novas demandas e caminhos para ampliação das práticas de preservação. **Anais do museu paulista**, São Paulo, v. 28, 2020. p. 1-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28d2e33>. Acesso em 18 ago. 2025.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PARAÍBA. Decreto n. 875 de 6 de novembro de 1955. Destina prédio à Faculdade de Odontologia da Paraíba. **Diário Oficial**, João Pessoa, 1955.

PARAÍBA. Decreto n. 2.330 de 14 de abril de 1961. Delimita a área destinada à Faculdade de Filosofia do Estado, órgão da Universidade da Paraíba. **Diário Oficial**, João Pessoa, n. 80, 1961.

PARAÍBA. Decreto n. 2.346 de 26 de abril de 1961. Destina à Escola de Enfermagem da Universidade da Paraíba imóveis ocupados pela mesma escola. **Diário Oficial**, João Pessoa, ano 3, n. 89, 1961.

PARAÍBA. Decreto n. 2.347 de 26 de abril de 1961. Reconhece limites e área de imóvel da Faculdade de Medicina da Universidade da Paraíba **Diário Oficial**, João Pessoa, ano 3, n. 89, 1961.

PARAÍBA. Decreto n. 8.630 de 26 de agosto de 1980. Dispõe sobre o tombamento do prédio s/n (onde funcionou a Faculdade de Direito). **Diário Oficial**, João Pessoa, 1980.

PARAÍBA. Decreto n. 20.138 de 2 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o tombamento do imóvel n. 45, Academia de Comércio Eptácio Pessoa. **Diário Oficial**, João Pessoa, 1998.

PARAÍBA. Decreto n. 22.244. Homologa deliberação n. 076/2001, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, Órgão de Orientação Superior do IPHAEP, declaratória do Tombamento de Obra de Arte na categoria Mural, representando a alegoria “CURANDERISMO”, localizado no prédio da Residência Universitária Feminina, de propriedade da UFPB. **Diário Oficial**, João Pessoa, 2001.

PARRELA, I.; NASCIMENTO, A. Memória institucional e arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, número especial, p. 176-188, jan./mar. 2019.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad. Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, n. 58, p. 31-57, sept./dic. 2013.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011.

SCAVONE JUNIOR, L. A. **Direito Imobiliário**: Teoria e Prática. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOUSA, R. P. M.; OLIVEIRA, B. M. J. F.; AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n.3, p. 101-115, jul./set. 2015.

Built cultural heritage of the federal university of paraíba for memory preservation

Abstract: The Federal University of Paraíba comprises buildings from various architectural periods, thereby constituting an integral part of the institution's heritage assets. However, these structures require ongoing conservation and maintenance efforts to safeguard their physical integrity, given their function as repositories of collective memory. This study aims to examine the documentation related to University of Paraíba's buildings constructed prior to the institution's federalization, considering that the former faculties operated in historically significant buildings, which are now part of the designated preservation and heritage zone in the historic center of João Pessoa, Paraíba.

Architectural heritage buildings demand an informational framework capable of consolidating their historical trajectories, relational contexts, and associated processes. This work emphasizes the critical role of documentation in heritage management, without delving into planimetric analysis or technical design documents. The documentary corpus under consideration includes property registration certificates, deeds, institutional real estate records, and other archival sources.

The analysis of current informational supports and documentation practices related to University of Paraíba's historic buildings has made it possible to identify how archival and management criteria are applied in the context of the institution's tangible cultural heritage. Findings indicate a lack of integrated information systems, with much of the documentation fragmented and dispersed, thereby hindering the construction of a coherent temporal narrative based on the available records.

Keywords: university heritage; heritage buildings; property documents; memory devices

Declaração de autoria

Concepção e elaboração do estudo: Conrad Rodrigues Rosa, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Coleta de dados: Conrad Rodrigues Rosa, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Análise e interpretação de dados: Conrad Rodrigues Rosa, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Redação: Conrad Rodrigues Rosa, Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Revisão crítica do manuscrito: Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Autoria para correspondência

Conrad Rodrigues Rosa

conradrosa@gmail.com

Editor-chefe

Thiago Henrique Bragato Barros

Como citar

ROSA, Conrad Rodrigues; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal da Paraíba: estudo da documentação com fins de preservação da memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-145455, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.145455>

Parecer(es) aberto(s):

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.145455A>

<https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.145455B>

Recebido: 27/01/2025

Aceito: 03/07/2025

